170COLO Nº: 026 0819

Me Com Assinatura

Livro: QQ Q

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 3 JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Noções Básicas de Direito na Grade Curricular das redes pública e privada do Município e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, Estado de Goiás, APROVOU, e eu PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º - As Escolas Públicas e particulares poderão incluir na sua Grade Curricular a disciplina: "Noções Básicas de Direito" aos alunos de ensino fundamental e médio devidamente matriculados.

Art. 2º - A disciplina indicada no caput do art. 1º abrangerá sobretudo as seguintes matérias:

I - Noções de Direitos Humanos;

II – Noções de Direito Constitucional;

III - Noções de Direito do Trabalho;

IV - Noções de Direito Civil;

V - Noções de Direitos do Consumidor;

VI - Noções de Direito Administrativo.

Art. 3º - A disciplina de Noções Básicas de Direito poderá ser ministrada a partir do sexto ano do ensino fundamental.

Parágrafo Único - Poderão ministrar essa disciplina os profissionais graduados em Direito que tenham pós-graduação ou que estejam se especializando em quaisquer das matérias indicadas no art. 2°, incisos I ao VI.

Art. 4º - Caberá aos órgãos competentes do Município a expedição das demais normas complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2020.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, aos 03 dias do mês de Junho do ano de 2019.

ereador André Luiz Bessa

ereador Luiz Carlos Sabino Junior

Vereadora Aêne Martins da Silva

JUSTIFICATIVA:

O Projeto em tela tem por finalidade instituir noções de direito nas redes pública e privada de ensino fundamental e médio, visto que entendemos ser necessária a implementação nas



escolas de conhecimentos jurídicos, devido a importância que o Direito representa em uma sociedade democrática.

Aprendendo noções básicas de direito, como direitos humanos, constitucional, civil, trabalhista, administrativo e do consumidor, os alunos certamente ampliarão os seus conhecimentos e passarão a exercer direitos até então inimagináveis por eles, pois infelizmente no nosso País, na grande maioria das vezes, somente os acadêmicos de direito têm a oportunidade de conhecer os seus direitos.

Por fim, para reforçar a importância do presente Projeto é sabido que o Direito é a base de uma sociedade, assim, conhecer a sua estrutura básica se torna extremamente importante ao exercício da cidadania. Proporcionar aos jovens estudantes do nosso Município o conhecimento de tópicos jurídicos relevantes, como as matérias selecionadas no art. 2º, sem dúvida alguma os capacitará ao exercício de uma vida civil e política plena e realizada, dando-lhes inclusive a oportunidade de participação no processo político brasileiro.

Desta forma, devido à relevância do tema, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do Projeto de Lei.

Vereador André Luiz Bessa

Vereador Luiz Carlos Sabino Junior

Vereadora Aêne Martins da Silva